

ANO XVIII - Nº 225-09 À 31/01/2017

CUT

CONTRAP

11111

PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

A GLOBO NÃO MOSTROU!



MASSACRE DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Temer e Osmar Serraglio 'ferram' aposentadoria

Na madrugada do dia 15/12, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Osmar Serraglio (PMDB), de Umuarama, aprovou o parecer pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, da reforma da Previdência. Dos 50 deputados presentes, 30 votaram com o governo, entre eles Serraglio, o mesmo que tentou defender Eduardo Cunha, atualmente preso. Serraglio é aquele que afirmou que Cunha merecia ser perdoado pelos crimes que cometera, apenas por ter aberto o processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

E tem mais...

A CUT aponta outras mudanças propostas pelo governo Temer que completam o massacre sobre a classe trabalhadora. Entre elas estão a terceirização sem limites, a flexibilização da CLT, permitindo que acordos feitos entre empregados e empresas prevaleçam sobre o que determina a legislação, e a criação de duas novas modalidades de contrato de trabalho: parcial e intermitente, com aumento da jornada de trabalho e corte de horas extras.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

ELEIÇÃO DO CAREF Pactu apoia Fabiano Félix

Os trabalhadores da ativa do Banco do Brasil elegerão o Conselheiro de Administração Representante dos Funcionários (Caref). A votação ocorre em todo o país, de 23 a 27 de janeiro. Caso haja necessidade, o segundo turno, entre as duas candidaturas mais votadas, ocorrerá de 20 a 24 de fevereiro. O mandato será de dois anos e, entre suas funções, está a fiscalização da execução da política geral de negócios e serviços da instituição financeira.



Fabiano Félix

O candidato apoiado pelos sindicatos do Pactu é Fabiano Félix. Ele tem 41 anos e ingressou no banco em abril de 2000. Formado em Física e em Direito, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, Pós-graduando em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Exerceu as funções de gerência média em diversas agências de Recife. Foi assessor empresarial na Coger (Contadoria em Brasília) e gerente de núcleo na Super PE. Foi secretário geral do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e membro do Conselho de Usuários da CASSI por dois mandatos. Também foi o primeiro participante do Plano Previ Futuro eleito para o Conselho Fiscal da Previ e em 2014 foi eleito presidente do Conselho Deliberativo da Cassi, órgão que preside até o momento.

CONQUISTA DOS TRABALHADORES – A eleição de um representante nos conselhos de administração das empresas estatais – como Banco do Brasil, Caixa, Petrobras e outras – é uma conquista da CUT - Central Única dos Trabalhadores. A reivindicação foi contemplada por meio da Lei 12.353, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2010 e sancionada nesse mesmo mês pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Reestruturação do BB no MPT

Em audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho, em 19/12, em Brasília, o Banco do Brasil prestou esclarecimentos sobre descomissionamentos e fechamento de agências. A Contraf-CUT também participou da audiência em defesa do Banco do Brasil e expôs ao Ministério Público do Trabalho as preocupações com os ataques que os funcionários estão recebendo em virtude da reestruturação. A Contraf-CUT fez críticas ao projeto de desmonte do banco público. Os promotores demonstraram preocupações, inclusive com a questão da isonomia de direitos. Marcaram nova audiência para o dia 7 de fevereiro de 2017 e requereram que os representantes do banco levassem à direção da empresa as seguintes propostas:

- Extensão da VCP para os caixas.
- Pagamento da VCP para todos os afetados pelo prazo de doze meses.
- A criação de uma comissão com Sindicatos para que seja acompanhado o processo de recolocação dos excedentes.
- Incorporação da comissão para aqueles com dez anos ou mais de exercício da função comissionada.

Conselho da Caixa

Pactu apoia a Chapa 1

Assim como a Contraf-CUT e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), os Sindicatos do Pactu apoiam a Chapa 1, nas eleições do Conselho de Administração da Caixa. A chapa 1 é composta por Rita Serrano (titular), diretora do Sindicato dos Bancários do ABC Paulista, e Oreny Francisco. A movimentação pela vitória da Chapa 1 também atinge todas as regiões brasileiras, vez que as Associações de Pessoal da Caixa (APCEFs), presentes nos estados e DF, decidiram pelo apoio à chapa no Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae.

Para Rita, é importante manter a mobilização para enfrentar agora o segundo turno do processo. "A receptividade tem sido muito boa em todas as unidades por que passamos em campanha, e vamos intensificar esses encontros", afirma a candidata, que é



"Agradecemos os votos e a confiança, vamos para o segundo turno com a convicção da defesa da Caixa Pública e dos empregados"
Rita e Oreny (Chapa 1)

atualmente suplente no CA e coordena o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. O segundo turno acontece de 16 a 20 de janeiro. Para acompanhar a campanha e saber mais sobre os candidatos e suas propostas acesse o facebook CA chapa 1.

Umuarama

Bancários participam de mobilização em defesa do meio ambiente

Uma lamentável decisão do ex-prefeito de Umuarama, em seus últimos dias de mandato, foi o assunto principal nos últimos dias de 2016. Antes de entregar o cargo, o ex-prefeito assumiu a responsabilidade por uma das mais graves agressões ao meio ambiente do município nos últimos anos. Moacir Silva, que é empresário do ramo imobiliário, autorizou um loteamento localizado dentro do território da APA - Área de Proteção Ambiental - do Rio Piava. Já com obras e aterros em andamento, a prefeitura enviou projeto de lei à Câmara Municipal alterando a linha divisora da APA, "legalizando" o empreendimento.

O município de Umuarama tem sofrido regularmente com a falta de água, em dias de chuva intensa, por conta do assoreamento do Rio Piava. Ao tomar conhecimento do teor do projeto de lei, através da mobilização do Conselho Municipal do Meio Ambiente e outras entidades, a população lotou o plenário da Câmara, em sessão realizada no dia 05/12, o que levou os vereadores a rejeitarem a proposta do Executivo. Não satisfeito, Moacir Silva, já no apagar das luzes do seu segundo mandato, tentou conseguir o licenciamento do IAP

(Instituto Ambiental do Paraná) para dar seguimento ao seu projeto, buscando uma autorização para construir dentro da APA.

No dia 22/12 o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com apoio do Sindicato dos Bancários de Umuarama e de outras entidades, mobilizou-se para tentar impedir o crime ambiental. Com apoio de voluntários, em apenas meio dia, foram coletadas mais de duas mil assinaturas contrárias ao licenciamento. O abaixo-assinado foi entregue no IAP de Umuarama e ao Ministério Público.

Edilson José Gabriel, coordenador do Sindicato, explica a participação da entidade: "Acreditamos e praticamos o conceito de sindicato-cidadão, ou seja, temos que defender os interesses da categoria não somente em seu local de trabalho e nas suas relações com o patrão banqueiro, mas temos que defender seus direitos sociais à educação, saúde e a um meio ambiente sustentável".

O presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Umuarama e líder da mobilização, é Paulino Alves de Almeida, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Umuarama.

Caixa

Caixa anuncia PDV

A suspeita do movimento sindical, de que o governo Temer está preparando o desmonte e a privatização da Caixa e do Banco do Brasil vem se comprovando a cada dia. Nos primeiros dias de janeiro de 2017, a imprensa noticiou que a Caixa fechou sua proposta para o programa de demissão voluntária, que deverá ser aberto aos funcionários no final deste mês e com adesão até o começo de fevereiro. A Caixa não quis comentar o assunto, mas evidentemente o PDV já é discutido entre os empregados do banco, que temem a precarização e desmonte da instituição pública.

A intenção é demitir mais de 10

mil funcionários. Por enquanto a direção do banco ainda não fala em fechar unidades. O público alvo é o mesmo atingido pelo programa de aposentadoria lançado pelo Banco do Brasil no final do ano passado, quando 9.409 bancários aceitaram a proposta e se aposentaram.

Para Maria Rita Serrano, candidata a representante dos empregados no Conselho de Administração do banco pela Chapa 1, o PDV representa “menos empregados, piores condições de trabalho e aumento da pressão sobre todos, principalmente os gestores”.

Eleição no Funbep

Pactu apoia Ana e Darci

Dirigentes sindicais do Itaú dos sindicatos filiados à Fetec-CUT/PR se reuniram no dia 20/12, em Curitiba, para tratar da eleição do Funbep (Fundo de Pensão dos Funcionários do Banestado). O Funbep possui 935 participantes ativos e cerca de 5.500 assistidos.

A eleição de conselheiros comprometidos com a luta dos funcionários é essencial para um bom acompanhamento da gestão do Fundo de Pensão. Por isso, os Sindicatos do Pactu apoiam para o Conselho Deliberativo do Funbep a candidata Ana Fideli (titular) e Edilson Gabriel (suplente). Para o Conselho Fiscal os nomes são Darci Saldanha (titular) e Eliane Rocha (suplente). A votação acontece de 02 a 10 de março de 2017.

Edilson é dirigente do Pactu, em Umuarama. Os demais candidatos pertencem ao sindicato de Curitiba.

Aprovada a prorrogação do Vale-Cultura

Bancários foram a primeira categoria a ter o direito previsto em Convenção Coletiva

O programa Vale-Cultura terá recursos suficientes para sua execução em 2017. A aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), no dia 14 de dezembro pelo Congresso Nacional, prevê os recursos necessários à renúncia de receita decorrente da prorrogação do benefício, que destina R\$ 50 mensais a trabalhadores para a aquisição de bens e produtos culturais. Os recursos para custear a desoneração promovida pelo Vale-Cultura vieram do remanejamento de valores do incentivo fiscal via Lei Rouanet. No dia 24 de novembro do

ano passado, o presidente da Contraf-CUT Roberto Antônio von der Osten e a vice-presidenta, Juvandia Moreira reuniram-se em Brasília com o ministro Roberto Freire para reivindicar a prorrogação e obtiveram o compromisso de que o governo encaminharia a proposta. Com a aprovação, os bancários que ganham até cinco salários mínimos continuam a ter direito a usufruir do benefício. Na Caixa, o vale-cultura é pago para quem ganha até 8 salários mínimos. Os interessados devem procurar o RH dos bancos para requerê-lo. O direito estava previsto na cláusula 69 da CCT de 2014 e o mesmo texto deve ser reeditado na CCT 2016/2017, uma vez que a prorrogação foi aprovada.

Itaú

Assembleias aprovam PCR do Itaú

No Pactu, assembleias realizadas na última semana de dezembro com os bancários do Itaú aprovaram a renovação do acordo do Programa Complementar de Resultados (PCR). A Contraf-CUT orientou a aceitação da proposta que seguiu os reajustes da última CCT, assinada entre a Contraf-CUT e a Fenaban. O acordo terá validade por dois anos, 2017 e 2018. Em 2017 o valor será de R\$ 2.468,00, mais o índice de reajuste da categoria (INPC+1%). Se o ROE Médio Recorrente Anualizado, retorno sobre o patrimônio líquido, for maior que 23%, o valor será de R\$ 2.587,00. Para 2018 o critério de

reajuste será o mesmo aplicado em 2017. Para Sandra Regina Homeniuk, representante do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú, “essa é uma grande conquista específica para os funcionários do banco e é fruto de muita negociação”. O pagamento será feito na data da antecipação da PLR.

QUEM TEM DIREITO A RECEBER

Relativo ao exercício de 2017, todos os empregados que tenham sido admitidos até 31 de dezembro de 2016 e estejam em efetivo exercício em 31 de dezembro de 2017. As mesmas regras se repetem em 2018.

Curso é requisito para Licença Paternidade

A Licença Paternidade de 20 dias é uma grande conquista dos bancários. Está na Convenção Coletiva e já está em vigor. Porém, para ter acesso ao benefício é necessário o curso de paternidade responsável. Os Sindicatos do Pactu estão estudando a possibilidade de realização do curso, mas existem outras instituições que já o oferecem, como hospitais, postos de saúde e igrejas. Na Caixa, o curso está disponível na Universidade Caixa.

Bradesco

Coletivo debate perdas de direitos



Coletivo Bradesco debate saúde, emprego e educação

Ana Paula Lorini, dirigente sindical e representante do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco/HSBC, participou, no dia 20/12, em Curitiba, da reunião do Coletivo Estadual dos Dirigentes Sindicais do Bradesco. Os presentes debateram Plano de Saúde, auxílio educação e manutenção do emprego. Os bancários incorporados do HSBC, principalmente os do interior, tiveram perdas na assistência à saúde. “O Saúde Bradesco só funciona nos grandes centros. Antes, com a Unimed, era relativamente fácil encontrar especialistas, laboratórios e boas clínicas no interior do estado”, afirma Ana Paula.

Outra grande perda foi a extinção da bolsa

educação, a qual, o HSBC pagava até 60% para cursos de graduações alinhados a profissão de bancário, como administração, contábeis, direito e outros.

Os sindicatos estão buscando na justiça a manutenção desses direitos. Em Curitiba, por exemplo, em uma ação movida pelo sindicato local, um juiz determinou liminarmente que o Bradesco se abstenha de requerer ou impor ao empregado assinatura dando ciência de revogação de políticas do HSBC. Determinou também, para análise do Sindicato, que o Bradesco apresente quais políticas têm, inclusive apresentar normativas ou regulamentos, que possam substituir as que os bancários tinham no HSBC. Da decisão cabe recurso. A COE Bradesco há anos luta por auxílio educação, benefício esse que todos os bancos disponibilizam e o Bradesco nega aos seus funcionários. Outra luta antiga da COE Bradesco é por melhorias no plano de saúde Bradesco, por esse mesmo motivo alegado agora pelos bancários oriundos do HSBC. Para 2017, essas bandeiras, além da manutenção do emprego, serão pautas constantes nas ações sindicais e em negociações com o banco.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA PRESENTEIA OS BANCOS E FUNDOS PRIVADOS

A reforma reserva uma nova fonte de ganhos, para engordar os lucros dos bancos que já são astronômicos, alerta Tereza Cruvinel



Uma das alterações da Reforma da Previdência irá beneficiar diretamente os bancos e fundos de previdência privados, denunciou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) em entrevista à jornalista Tereza Cruvinel. Trata-se de uma medida que prevê que os governos estaduais contratem planos de previdência junto a bancos e fundos privados para complementar a aposentadoria de salários integrais de servidores públicos, retirando a necessidade de completar esses benefícios com fundos públicos, como ocorria antes. Se para os que possuem rendas mais baixas, a reforma será muito prejudicial, para os militares, ela sequer foi alterada, e para "os mais ricos", apontou Tereza, "a reforma reserva uma nova fonte de ganhos, para engordar os lucros que já são astronômicos".

Já se soube que o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, antes de fechar e apresentar a proposta de reforma do governo, reuniu-se diversas vezes com empresários, banqueiros e fundos de Previdência Privada. Só quando tudo estava pronto, teve um encontro com as centrais sindicais. O que não se sabia, e estava passando batido, é que ele incluiu na reforma um presente para os bancos e fundos de previdência privada, manobra que está sendo denunciada pela líder da minoria na Câmara.

PARA OS PROBRES, NADA

Enquanto beneficia os banqueiros, para os pobres, a reforma de Caetano reservou muitas maldades: aposentadoria aos 65 anos, inclusive para mulheres, que ele reclama de estarem vivendo mais, tempo mínimo de contribuição de 25 anos (hoje são 15), proibição de acumulação de pensões com aposentadorias, acesso ao teto do benefício só com 49 anos de contribuição, entre outras. Para a deputada, a equiparação de idades entre os gêneros, ficou pior para as mulheres, que terão de trabalhar muito mais para se aposentar. "Estas mesmas mulheres, que já cumprem uma dupla jornada de trabalho, recebem salários menores que os homens. Nos dados do IBGE de 2014 as mulheres recebem 27% a menos que os homens, sendo que as mulheres negras ganham 40% a menos que homens brancos. Não à toa essa diferença também vai se expressar na aposentadoria", denuncia a parlamentar.

Temer acaba com o Natal dos trabalhadores

A reforma trabalhista anunciada no dia 22/12/16 pelo governo ilegítimo e golpista de Temer é ineficaz, inoportuna, autoritária e não resolve o problema do Brasil, diz a Central Única dos Trabalhadores, em nota oficial. "É ineficaz por não enfrentar o principal problema do País, que é a estagnação econômica, a crise da indústria e o desemprego que atinge milhões de famílias", completa. A CUT afirma que a reforma "é inoportuna porque está fora da realidade, foi elaborada às vésperas do Natal, o que demonstra a falta de compromisso dos golpistas com o povo, com a classe trabalhadora. É autoritária porque é unilateral, decidida sem amplo debate com as centrais sindicais e a sociedade". A CUT não negociou esse pacote. Ao contrário do que disse o governo Temer, não é verdade que a CUT foi chamada

em algum momento para negociar mudanças na legislação trabalhista. As questões referentes ao mercado de trabalho são importantes demais para serem discutidas e encaminhadas em formato de Medida Provisória. Ao tomar essa decisão, o governo do golpista e ilegítimo Temer demonstra mais uma vez o desrespeito para com a representação e a negociação de temas extremamente importantes para toda a sociedade. O método só comprova o "modus operandi" de um governo ilegítimo, que não foi eleito e não tem preocupação com as relações sociais nem com a opinião da sociedade. É um atentado à negociação e um golpe à classe trabalhadora. Ao reforçar a campanha por nenhum direito a menos, a CUT reitera que "é contra toda e qualquer retirada de direito da classe trabalhadora e lutará para que isso não aconteça".

Pactu no protesto contra a PEC 55

Mais uma vez, uma delegação de dirigentes sindicais do Pactu esteve presente em Brasília, desta vez no dia 13/12/16, para se juntar a centenas de trabalhadores e estudantes de todo o país e protestar contra a PEC 55. Os manifestantes cobraram dos senadores que votassem contra o maior crime cometido em toda a história da República e contra os mais pobres do Brasil. Sem destaque nos grandes canais de comunicação, os manifestantes foram violentamente reprimidos



por uma polícia preparada e predisposta a tratar com violência aqueles que legitimamente e heroicamente se opunham à aprovação da PEC do fim do mundo. Os sindicatos do Pactu têm enviado delegações à Brasília regularmente, para participar de atos em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, especialmente contra o PL da terceirização.

Salário Mínimo

Reajuste fica abaixo da inflação

Foi publicado em 29/12/16, no Diário Oficial da União, o decreto fixando em R\$ 937 o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro, conforme anunciado na véspera pelo governo. O reajuste é de 6,48% sobre o atual, de R\$ 880. E fica menor que a inflação medida pelo INPC-IBGE calculada pelo próprio governo: a estimativa do Ministério da Fazenda para 2016 é de 6,74%. O novo valor do piso nacional também está abaixo do aprovado pelo Congresso no Orçamento Geral da União para 2017, que foi de R\$ 945,80 – isso representaria um reajuste de 7,48%. Confirmada a restrição ao ganho real, seria mais uma iniciativa do governo contrária aos gastos sociais. Um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas chegou a fazer simulação e demonstrou que, caso as regras da PEC 55 valessem desde 1998 o salário mínimo atual seria de aproximadamente de R\$ 400, menos da metade do valor oficial.